



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0007486-94.2017.8.26.0566 - 2017/002094**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2494/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1249/2017 - 5º Distrito Policial de São Carlos, 226/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **ELITON DIEGO CHIVA FERREIRA**
 Data da Audiência: **16/07/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **ELITON DIEGO CHIVA FERREIRA**, realizada no dia 16 de julho de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a vítima **OTÁVIO GUILHERME MARQUES SILVA**, sendo realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram da oitiva da testemunha faltante, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. ELITON DIEGO CHIVA FERREIRA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 155, caput, do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, em razão das provas colhidas, tendo o réu admitido que encontrou o carrinho e não fez prova nesse sentido. A defesa requereu a improcedência da ação penal em razão do princípio da insignificância e por ausência de provas. Subsidiariamente pleiteou a aplicação da pena no mínimo legal. **É o relatório. DECIDO.** O acusado admitiu que estava em poder do carrinho de supermercado quando foi detido pela polícia e que sabia que o carrinho pertencia ao supermercado Carrefour. Negou, contudo, que o houvesse subtraído da área interna do supermercado, negou que o tivesse retirado das baias onde os carrinhos ficam. Alegou que o encontrou na esquina que fica abaixo do supermercado, portanto, que o encontrou na via pública. Conforme exposto pelo representante do estabelecimento, os carrinhos são marcados com a logomarca, o que permite sua identificação. Não se pode cogitar que se trata-se de *res derelictae*, isto é, que fosse coisa abandonada, pois como se sabe, grandes empresas não abandonam minimamente qualquer parte, por menor que seja, de seu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

extenso patrimônio. Justamente por isso não se pode falar em crime de bagatela. O fato do carrinho ter sido encontrado e levado pelo réu nas imediações do supermercado e não no próprio supermercado, não descaracteriza a subtração, portanto. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal de 01 ano de reclusão e 10 dias-multa. O acusado é reincidente, mas também é confesso. Tomo a confissão como preponderante, uma vez que revela algum tipo de arrependimento, que por sua vez é importante passo em direção à prevenção especial, almejada tanto pelo artigo 59 do Código Penal quanto pelo artigo 1º da Lei de Execuções Penais, razão pela qual mantenho a pena no mínimo legal, e pelos mesmos motivos aplico o regime aberto para início do cumprimento de pena e, com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por duas penas de multa, no mínimo legal. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **ELITON DIEGO CHIVA FERREIRA** à pena de 30 dias-multa, por infração ao artigo 155, caput, do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: